

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São PauloClass.: 32Data: 17 de Novembro de 1981

Pg.: _____

ESP 1711-81

A viabilidade de Carajás

Embora uma missão do Banco Mundial acabe de inspecionar as obras do Projeto Carajás, ora em plena fase de expansão, e de reconhecer que seu cronograma está sendo cumprido satisfatoriamente, e estudos feitos no Exterior, a respeito das condições financeiras, tenham concluído ser o projeto perfeitamente viável, certos grupos japoneses estão questionando essa viabilidade econômica, conforme expusemos em nossa edição de domingo.

Como se sabe, os japoneses costumam tardar muito a tomar suas decisões. Foi o que se viu, aliás, no caso da Albrás, que, afinal, parece ter encontrado uma conclusão definitiva e positiva. Não se estranha, pois, que, no caso de Carajás, os japoneses, que se interessaram pelo projeto antes mesmo de que se estudasse a instalação de uma usina siderúrgica em São Luís, no Maranhão, sejam os últimos a pronunciar-se sobre o financiamento desse vasto projeto, no qual lhes cabe o quinhão maior (500 milhões de dólares). Importa assinalar que o Banco Mun-

dial, sempre muito escrupuloso e diligente em seus estudos, deu já seu aval ao projeto e se dispôs a participar do financiamento, no qual concorrerão organismos públicos e internacionais. Mas, por se tratar, no caso, de um "pacote", é indispensável que todos os financiadores se ponham de acordo. Compreende-se, pois, a importância da reunião em que estarão representados todos os grupos financiadores, a instalar-se em Paris, em princípio, no dia 14 de dezembro.

Não há dúvida de que o governo japonês, como é, aliás, natural, está sofrendo pressões de grupos que não se acham interessados na concretização do Projeto Carajás. Há, por exemplo, duas *tradings*, a Mitsui e a Nippon Koke, que estão empenhadas em projetos de exploração de minérios de ferro na Austrália e que serão desfavorecidas com o empreendimento de Carajás. Talvez isto explique, em parte, as críticas dirigidas ao projeto nacional.

o que se alega contra a rentabilidade do projeto não parece ter gran-

de consistência. A Cia. Vale do Rio Doce não se lançou nessa obra sem ter tomado o cuidado de estudar todos os aspectos relacionados com sua viabilidade técnica e financeira. Contratou consultores do Exterior para que seus financiadores tivessem todas as garantias de êxito. Como se sabe, o projeto começou a ser executado antes mesmo de que fosse oficialmente aprovado, para que se pudesse dispor do minério de ferro no momento azado. Foi esse, especialmente, o caso de parte do leito da ferrovia que, nos arredores de São Luís, atravessa várzeas, e exige longo tempo de consolidação. O cronograma vem sendo seguido à risca e, neste momento, tudo indica que será observado até o término da obra, o que raramente se dá com projetos dessa envergadura.

Os japoneses preocupam-se com o fato de até agora os contratos de exportação, firmados pela CVRD, não irem além de 25 milhões de toneladas (dos quais 10 milhões correm o Japão), enquanto o *break even* (isto é, o volume que torna rentável o

projeto) monta a 35 milhões. Mas, embora a CVRD só haja assinado, até agora, contratos no valor de 25 milhões, não encerrou seus esforços no sentido de ampliar suas exportações, e deverá firmar ainda numerosos outros contratos, que elevarão o volume destas. O Projeto Carajás foi programado de modo a atingir 35 milhões somente em 1987, e a trabalhar "no vermelho" durante os dois primeiros anos de atividades produtivas, dado este que foi computado no cálculo do retorno do investimento. Convém lembrar, também, que tais cálculos tomaram por base somente o projeto referente aos minérios de ferro, e que os outros projetos conexos assegurarão lucros suplementares à ferrovia e aos serviços portuários.

A CVRD fez os cálculos por baixo e não há perigo de Carajás vir a tornar-se mais um elefante branco. O aval — mais do que puramente moral — dado pelo Banco Mundial parece representar uma sólida garantia contra esse suposto perigo.